

RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.419 - SC (2018/0207814-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : I J B (MENOR)
REPR. POR : C J C
REPR. POR : S L DA S B
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
PROCURADOR : FABRÍCIO ALMEIDA MÜLLER E OUTRO(S) - SC019125

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO DA CAUSA. TESE ESPECÍFICA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

1. Nos termos do art. 105, III, da CF/1988, incumbe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame das causas decididas pelos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça. Esse dispositivo assenta a necessidade do prequestionamento, que se configura com o prévio exame da tese recursal na instância de origem.

2. No caso, a alegação de que o proveito econômico da ação, para o propósito de fixação dos honorários advocatícios, corresponde à soma de mensalidades escolares não foi debatida no acórdão recorrido. Incidência da Súmula 282/STF.

3. Recurso especial não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator